

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 69

Data 19 de julho de 1981 Pg.:

Funai paga e colonos deixam área indígena

Da sucursal de
BRASÍLIA

A Funai já iniciou o processo de indenização dos fazendeiros e colonos que vivem nas áreas indígenas Xavantes de Pimentel Barbosa e Parabubure, no Mato Grosso, que soma Cr\$ 554 milhões. A Funai está indenizando os ocupantes dessas áreas somente pelas benfeitorias feitas nas terras, mas o Incra já está escolhendo uma outra terra para a relocação dos ocupantes das duas reservas Xavantes. Segundo a Funai, os antigos donos da fazenda Xavantina, situada em Parabubure, já saíram da área, recebendo uma indenização de Cr\$ 250 milhões. E na reserva de Pimentel Barbosa, dos 126 proprietários 74 já foram indenizados e 34 não receberam ainda o dinheiro por estarem em débito com o Banco do Brasil. A situação dos demais também será resolvida logo.

O problema com os ocupantes dessas duas áreas vinha-se arrastando há dez anos, desde que os índios passaram a reivindicar a área ocupada pelas fazendas e os fazendeiros apresentaram certidões negativas liberadas pela Funai declarando que eles poderiam ocupar legalmente a área, que não era habitada indígena. O caso de Pimentel Barbosa foi mais grave, envolvendo inclusive corrupção de funcionários da Funai, pois os limites da reserva foram alterados e estas terras foram vendidas a fazendeiros, entre eles um funcionário da Funai. Para liberar parte da reserva, foram trocados até nomes de rios e os índios receberam diversos presentes para aceitarem o novo traçado, inclusive cabeças de gado e uma caminhonete.

DEMARCAÇÕES

Ao anunciar o início das indenizações na área Xavante, o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, disse que a Funai está acelerando o processo de regularização de terras indígenas. Na sua administração estão sendo demarcadas 24 áreas, num total de 1.564.613 hectares, envolvendo recursos de Cr\$ 70.516.500,00. Para este ano, foram alocados Cr\$ 321 milhões para o trabalho de demarcação de áreas indígenas, e para 1982 a Funai pediu recursos de Cr\$ 1 bilhão à União e ao Programa de Integração Nacional para dar sequência ao trabalho já iniciado.

A Funai não dispõe de um levantamento completo sobre a situação das áreas indígenas, pois os dados sobre as demarcações feitas até 1967, pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, não foram ainda reunidos. A partir da criação da Funai, que sucedeu o SPI, foram demarcados, até agora, 12.548.613 hectares de terras indígenas, que não chegam a cobrir a metade das existentes no País. Nas áreas em fase de regularização, a Funai teve de suspender o trabalho de demarcação na região dos índios caxinawá, no Acre, e no Maranhão, na área habitada pelos índios cricati, enquanto aguarda uma solução para o problema dos posseiros que ocupam a terra indígena.

Nobre da Veiga disse que em várias áreas indígenas a Funai encontrou dificuldades para realizar o trabalho de regularização fundiária. Alguns casos, como nas áreas xavantes de Parabubure e Pimentel Barbosa, foram solucionados, mas ainda permanece pendente, entre outros, a situação do posto indígena Sete de Setembro, onde o Incra irá reassentar apenas os colonos cadastrados, e a Funai poderá usar o seu poder de polícia para retirar os invasores que não chegaram a ser cadastrados. Em Alto Alegre, no Maranhão, região habitada pelos cricati, das 186 famílias de colonos ali instaladas, 182 já foram transferidas. Nesse mesmo Estado também não foi resolvido o problema entre os índios guajajaras e os invasores de suas terras, na localidade de São Pedro dos Cacetes.

XINGU

A questão que envolve o limite Norte do Parque Nacional do Xingu, segundo o coronel Nobre da Veiga, continua sendo estudado. Há duas alternativas em fase de discussão: uma delas prevê a transformação da área reivindicada pelos índios Txucarramãe, que no ano passado invadiram uma fazenda matando doze peões em reserva florestal. A outra alternativa, que está sendo considerada como a mais viável e econômica pelo presidente da Funai, prevê que toda a faixa ao longo do rio seja utilizada dentro da cota de 50 por cento de reserva florestal exigida pelo Incra em cada propriedade rural. Dessa forma, esta área continuaria intocada e ao mesmo tempo o governo não precisaria indenizar os fazendeiros. Estas indenizações, já levantadas pela Funai, exigiriam um dispêndio de Cr\$ 500 milhões.

O presidente da Funai disse, ainda, que o trabalho de regularização de áreas indígenas é complexo, pois a sua demarcação não é suficiente para garantir invasões futuras. Segundo ele, há casos em que os marcos colocados pela Funai foram retirados, como ocorreu no Paraná, onde a Funai iniciou o trabalho de reavivitação de áreas indígenas. Este trabalho está sendo feito em cinco áreas indígenas paranaenses que foram invadidas.